

Fatores que Impactam o Desenvolvimento Regional do Vale do Paranhana/RS

Daniele dos Santos Guidotti Pereira – Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT

Carlos Fernando Jung – Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo conhecer e analisar a percepção de 47 gestores de organizações do Vale do Paranhana, RS, sobre o desenvolvimento empresarial, a atuação das associações e entidades empresariais, a integração entre as empresas e os municípios, bem como a respeito das ações governamentais, todas no âmbito regional. Os dados evidenciaram um panorama de pessimismo, participação inexpressiva nos entes representativos, desconhecimento acerca das práticas associativas e pouca integração entre empresas e municípios, assim como insuficiente apoio governamental. Os resultados obtidos contribuem para a reflexão acerca do papel dos atores públicos e privados na promoção do desenvolvimento regional, e também sobre a necessidade de identificar as ações e os aspectos que são importantes para que a região prospere, explore e multiplique suas potencialidades. Destaca-se a relevância da continuidade de estudos dessa natureza, bem como de sua aplicação em contextos diversos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Associações, Organizações, Municípios, Integração.

Abstract: This article presents the results of a survey that aimed to know and analyze the perception of 47 managers of Paranhana Valley, RS, organizations, on business development, the role of associations and business entities, the integration between companies and municipalities as well as about the government shares, all at the regional level. The data showed a panorama of pessimism, meaningless participation in representative institutions, ignorance about the associative practices and little integration between companies and municipalities, as well as insufficient government support. The results contribute to the reflection on the role of public and private actors in promoting regional development and also on the need to identify the actions and aspects that are important for the region to prosper, multiply and explore their potential. Finally, there is the importance of the continuity of such studies and their application in different contexts.

Key-Words: Regional Development, Associations, Organizations, Municipalities, Integration.

Introdução

O desenvolvimento regional pode ser caracterizado por seu caráter multidimensional, uma vez que envolve diferentes segmentos sociais e instituições, pressupondo a participação de pessoas e de entidades públicas e privadas (GIL, 2008). Assim, diversos atores sociais, notadamente os locais, desempenham importante papel no protagonismo das regiões, na descoberta e na exploração de suas potencialidades, no apoio à inovação e ao empreendedorismo e no adequado investimento de seus recursos. Por isso, para Barbieri (2000), o desenvolvimento precisa ser visto dentro de um contexto sistêmico.

Nesse sentido, Dorigon (2009) pondera que o grande desafio, ao planejar-se o desenvolvimento, é a criação de oportunidades de trabalho e de cooperação entre os atores locais, utilizando os recursos disponíveis, recuperando-os e conservando-os.

Reconhecendo a relevância da organização, da articulação e da participação da sociedade civil, Putnam (2005) afirma que quando isso ocorre, esta sociedade passa a ser uma comunidade cívica, participando ativamente das decisões. E é dessa maneira, principalmente, que os empresários dispõem de condições para direcionar os rumos de sua região, de acordo com seus anseios e necessidades, com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento.

Essa integração dos diversos segmentos sociais também é valorizada e contemplada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional que, tendo dentre seus objetivos a reversão das desigualdades regionais e a exploração dos potenciais endógenos da base regional brasileira, prevê, para tanto, a participação da sociedade civil e o estabelecimento de parcerias público-privadas (Art. 1, Decreto N. 6.047/07).

Assim, o conhecimento e a promoção das próprias condições para se desenvolver são aspectos que potencializam o poder de desenvolvimento de uma região. E a percepção dos agentes locais, inseridos no contexto produtivo regional, sobre a sua atuação e a atuação dos seus pares são considerações importantes na medida em que transcendem a visão exclusivamente econômica ou política (BARROS, SILVA, SPINOLA, 2006).

Este artigo tem como objetivo compreender e analisar a percepção de 47 gestores acerca do desenvolvimento empresarial, das ações das associações e entidades empresariais, da integração entre empresas e municípios e das ações governamentais com vistas ao desenvolvimento, no âmbito do Vale do Paranhana, RS, e está organizado da seguinte forma:

a seção 2 apresenta a revisão da literatura; a seção 3, o cenário e os procedimentos metodológicos; na seção 4 são apresentadas as discussões e os resultados; e, a seção 5 conclui o estudo.

2 Revisão de Literatura

A partir da globalização verificou-se uma expansão permanente e abrangente do sistema capitalista, promovendo a intensificação da concorrência internacional, pela concentração de capital e por uma centralização do poder político e econômico inédita (CARDOSO, 2004; OLIVEIRA, 2010).

Este processo exerce uma influência direta nos meios utilizados pelos países na promoção do seu desenvolvimento, bem como de que forma as suas respectivas regiões geram o desenvolvimento econômico local. Em razão disso, concebeu-se duas dinâmicas distintas para o desenvolvimento econômico, o “desenvolvimento exógeno”, que se dá por meio da atuação de atores externos ao território local e o “desenvolvimento endógeno”, que ocorre quando a esfera local se articula para originar o próprio desenvolvimento.

Desde meados dos anos 2000 que o desenvolvimento regional desponta como uma importante ferramenta de diminuição das desigualdades sociais e da promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento (Art. 1, Decreto N. 6.047/2007), mediante a articulação de seus próprios meios e de seus próprios atores em prol da estimulação e do aproveitamento das potencialidades locais.

Nas palavras de Boisier (1996), o desenvolvimento regional é um processo de modificação social sustentada e tem por objetivo principal o progresso permanente da região e de cada sujeito nela residente. Corroborando, Vasconcellos e Garcia (1998) afirmam que desenvolvimento regional pressupõe o esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, com vistas ao debate das questões que envolvem a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, melhorando as condições de vida e assegurando o alcance aos serviços prestacionais básicos e de qualidade, como saúde e educação.

Nesse sentido, a atuação das associações, sindicatos e demais entidades empresariais merece atenção, tendo em vista o seu caráter representativo dos interesses locais, e ganha ainda mais relevância nos casos de desenvolvimento endógeno, o qual, para Siedenberg, Neumann, Parnoff (2005), requer a existência de três elementos que se interligam, quais sejam a capacidade de inovar, a capacidade político-administrativa de articular e executar decisões regionais e a capacidade de produzir e assegurar a ampliação da produção local. Dessa forma, torna-se possível conduzir o próprio desenvolvimento através das lideranças

locais, da mobilização das suas potencialidades, de acordo com os fatores produtivos disponíveis (SACHS, 1986).

Corroborando, Boisier (2008) refere a existência de quatro fatores responsáveis pelas economias locais, quais sejam, o talento empresarial, um sistema produtivo flexível, economias geradas em distritos industriais e a existência de atores, sejam eles coletivos ou individuais, públicos ou privados, capazes de atuar como catalisadores, motivando e promovendo o potencial local.

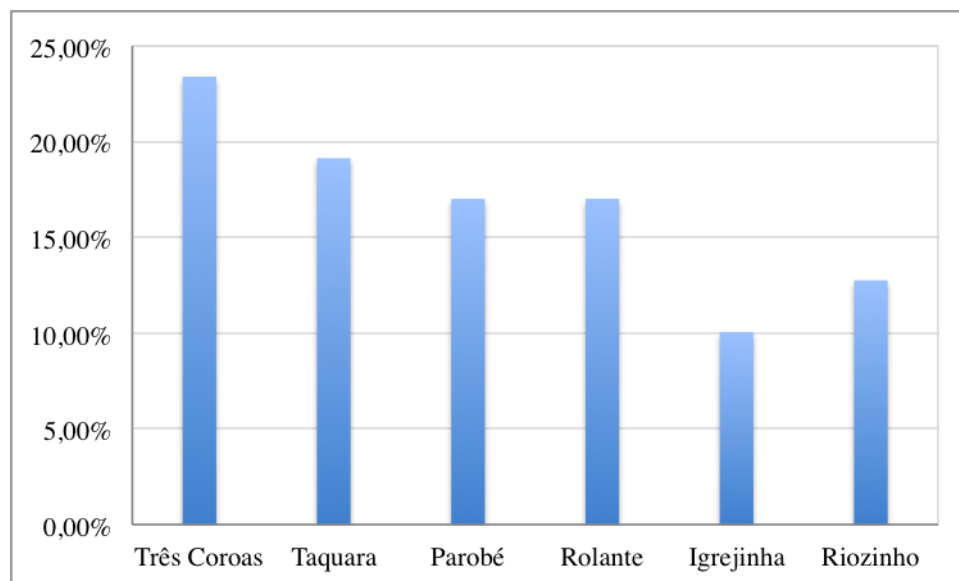
De acordo com Dorigon (2009), o grande desafio ao planejar-se o desenvolvimento é a criação e oferta de oportunidades de trabalho, bem como a cooperação entre os atores locais, valendo-se dos recursos disponíveis, empregando-os, recuperando-os e conservando-os. Esse papel articulador pode ser exercido não apenas pelas associações e entidades representativas, mas pelos associados, pelas empresas e pelo poder público, os quais devem trabalhar de forma conjunta em prol do desenvolvimento regional.

3 Estudo Aplicado

3.1 Cenário

O estudo foi realizado com 47 gestores de empresas localizadas no Vale do Paranhana, RS, Brasil, escolhidos de forma aleatória e por conveniência, em razão da disponibilidade dos mesmos. Dos gestores entrevistados, 23,40% trabalham em Três Coroas, 19,14% em Taquara, 17,02% em Parobé, 17,02% em Rolante, 12,76% em Riozinho e 10,06% em Igrejinha (ver Figura 1).

Figura 1 – Distribuição de gestores por município



A região é composta por seis municípios: Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Riozinho. No aspecto econômico, a região é servida por pequenas, médias e grandes indústrias, com destaque para as indústrias de calçados, produtos alimentícios, móveis, metal, madeira, têxteis, tendo uma maior concentração no setor do calçado (FEE, 2009). O Vale do Paranhana tem, em seus seis municípios, 185.475 habitantes, um aumento de 10% em comparação com o censo de 2000, mas abaixo das estimativas anuais de população divulgados pelo IBGE. Sua população é predominantemente feminina, composta por 93.886 mulheres e 91.589 homens. Dos habitantes da região, 162.700, a maioria, encontra-se na área urbana e 22.775 na área rural (FEE, 2010).

3.2 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de estudo exploratório, objetivando explorar o sistema, as relações, causas, efeitos e possíveis informações que auxiliem a proposição de novas ideias e métodos aplicados ao desenvolvimento da criatividade e maior geração de inovações tecnológicas na região (NETO, 2002; GIL, 2002).

Na coleta e análise dos dados utilizou-se a abordagem qualitativa, a qual descreve a complexidade do contexto em exame, assim como possibilita a compreensão das particularidades envolvidas e a significação dos fenômenos observados (DIEHL, 2004; SILVA; GOBBY; SIMÃO, 2005). Na apresentação dos dados empregou-se a abordagem quantitativa que, para Marconi e Lakatos (2002), torna dinâmica a relação entre as variáveis. Utilizou-se um questionário estruturado, com dez questões abertas a respeito do desenvolvimento industrial, das associações e entidades empresariais, da integração entre empresas e municípios e das ações governamentais, todas no âmbito regional.

Na sequência, foi realizada uma análise descritiva dos dados, correlacionando as questões com o referencial teórico.

4 Análise

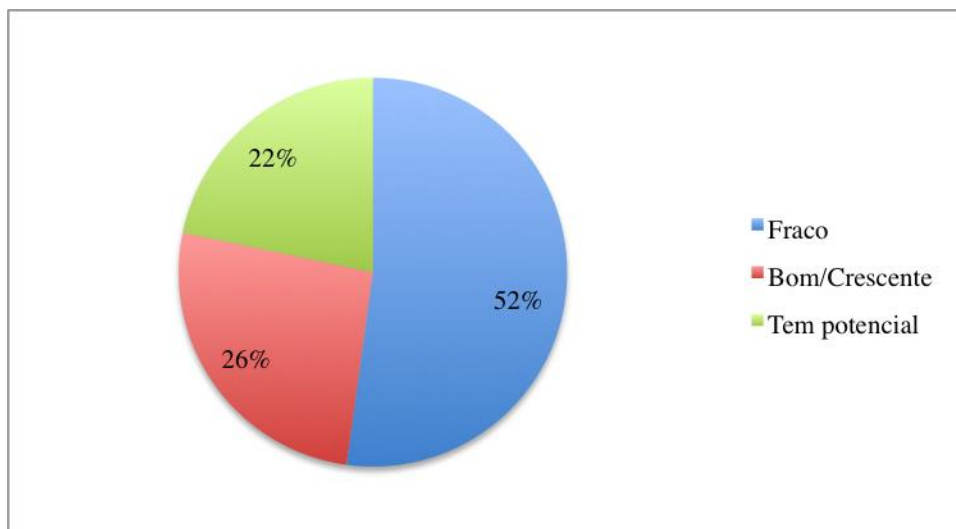
Os gestores responderam a dez questões sobre o desenvolvimento empresarial, a participação e a atuação de entidades representativas, a integração entre empresas e entre municípios, bem como a respeito das ações governamentais, no âmbito regional.

4.1 Desenvolvimento empresarial

A maioria dos gestores, 52%, percebe o desenvolvimento empresarial na região como ou fraco ou estagnado (ver Figura 2), reclamando a pouca diversificação de atividades, uma

vez que estas centralizam-se no setor calçadista. Nesse sentido, é oportuno referir que 49% dos entrevistados trabalham no setor calçadista. Segundo 26% dos empresários, o desenvolvimento empresarial é entendido de forma otimista, qualificado como bom e crescente, mas 22% dos entrevistados apontam as carências e dificuldades da região, embora reconheçam algumas potencialidades que podem e deveriam ser desenvolvidas, principalmente em setores que não o do calçado.

Figura 2 – Desenvolvimento empresarial



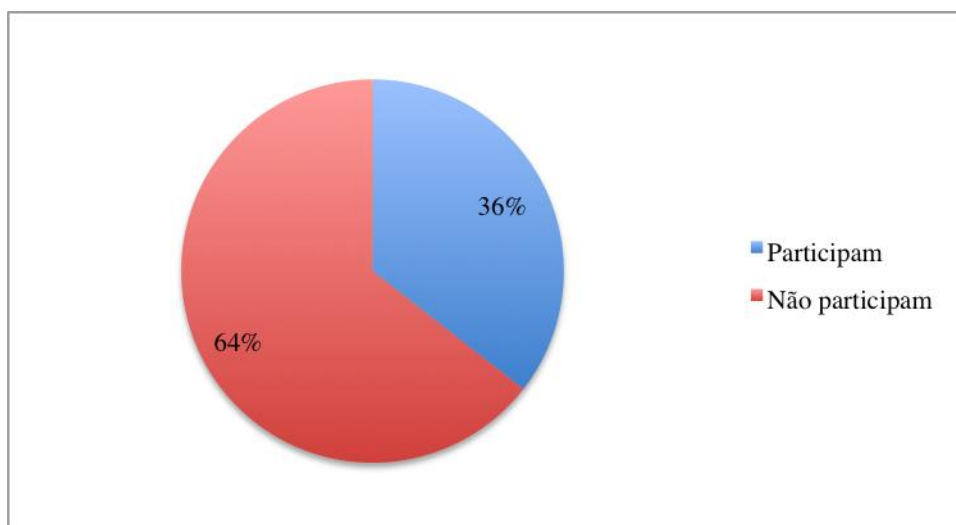
O Município cujos entrevistados têm a melhor percepção acerca do desenvolvimento regional é Riozinho, ao passo que os que atuam em Parobé têm a pior.

Aspectos como o acesso a novas tecnologias e o desenvolvimento de inovações foram considerados essenciais ao desenvolvimento da região. Essa percepção vai ao encontro de vários estudos que relacionam a inovação ao crescimento e ao desenvolvimento empresarial, a exemplo de Dreu, Nijstad, Bechtoldt e Raas (2011), para os quais a capacidade de ser inovador é considerada a chave para o êxito das organizações, especialmente diante das mudanças advindas da globalização e da rivalidade do mercado, responsável pela diminuição do ciclo de vida dos produtos. O acesso a novas tecnologias é relevante para Hossain (2013), que ligou inovação e tecnologia e identificou a necessidade de inovação e criatividade. Nesse sentido, Siegel, Westhead e Wrightsmall (2003) ressaltam a importância do fomento direto de investimentos e isenções fiscais e a promoção de acordos entre governo, universidades e empresas para a geração de inovações tecnológicas.

4.2 Associações e entidades empresariais

A maioria dos empresários, 64%, alegou que não participa de associações e entidades representativas, principalmente, pela descrença quanto à eficiência e à representatividade dos órgãos dessa natureza, 36% dos gestores afirmaram participar (ver Figura 3), e deste total, 37,5% participam em mais de uma entidade. Dos gestores que participam de alguma entidade, 31,25% trabalha em Parobé, e 20,68% dos que não participam, em Três Coroas.

Figura 3 – Participação em Entidade



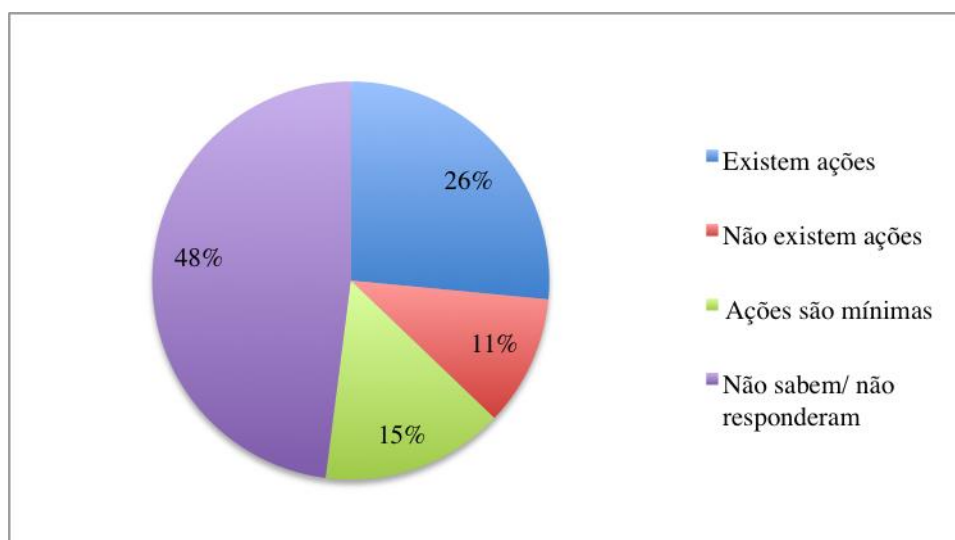
Esses dados vão ao encontro das lições de Arnstein (1969), segundo o qual a existência de mecanismos participativos, por si só, não é garantia da qualidade da participação, pois, mais que a existência de mecanismos de participação, o engajamento ativo e duradouro no debate sobre as estratégias de desenvolvimento regional depende do acesso permanente dos sujeitos à informação qualificadas (BROSE, 2013).

Para 42,55%, as entidades e associações empresariais da região não são adequadamente representativas, notadamente por acreditarem que apenas as empresas de maior porte têm seus interesses atendidos, de modo que no tocante às demais há falta de apoio, interesse e representação, além disso, acrescentam que as ações são isoladas, que há pouca organização, bem como que as práticas adotadas não refletem os discursos e os compromissos assumidos. Os municípios cujo maior número de gestores responderam nesse sentido são Rolante e Três Coroas. Por outro lado, 29,78% dos empresários entendem que seus interesses são adequadamente representados, pois as entidades passam informações, negociam salários e realizam cursos e feiras, sendo que Taquara teve o maior número de

entrevistados que se disseram satisfeitos. E 23,40% alegaram desconhecer a atuação das associações e entidades empresariais, principalmente, por não participarem das mesmas.

Sobre ações efetivas que essas associações ou entidades empresariais realizam em prol do desenvolvimento dos associados (ver Figura 4), 11% dos entrevistados responderam que não há ações efetivas; para 15%, quando o há, elas são poucas e insuficientes; e, 26% elencaram algum tipo de ação, tais como cursos, treinamentos e feiras. Contudo, a maioria dos gestores, 48%, não souberam informar ações efetivas.

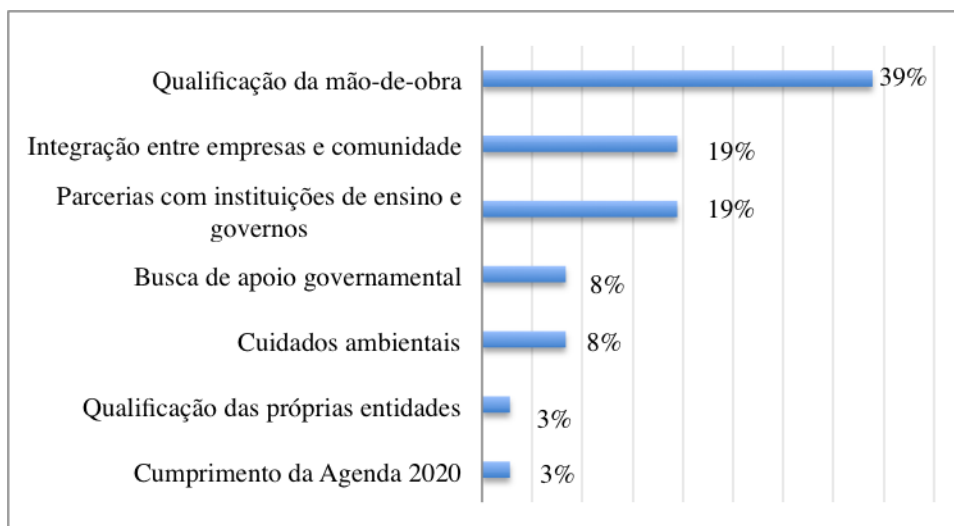
Figura 4 – Ações das entidades representativas



Interessante mencionar que das pessoas que desconhecem ações efetivas, 9,09% participam de entidades, e uma delas participa em mais de uma. Dentre os que indicaram ações, 4% não participam de entidades. Dos gestores que reclamam a inexistência de ações efetivas, 80% participam de entidades/ associações.

Os gestores mencionaram ações efetivas que as associações ou entidades empresariais poderiam (ou deveriam) realizar e não realizam (ver Figura 5). Cursos com vistas à qualificação da mão-de-obra e dos colaboradores foi a ação mais citada, com uma média de 39%. Em seguida, com 19%, está a integração entre empresas e entre empresas e comunidade, bem como a parceria com instituições de ensino e governamentais. A busca de apoio governamental e ações que priorizem cuidados ambientais ficaram com uma médias de 8% e a qualificação das próprias entidades e cumprimento da Agenda 2020 alcançaram a média de 3%.

Figura 5 – Ações sugeridas



Interessante mencionar que dois gestores se disseram satisfeitos com as ações desenvolvidas e não consideram que outras mais sejam necessárias e, dos 14 entrevistados que não responderam, nenhum participa de alguma associação ou entidade empresarial. Logo, depreende-se que as ações entendidas como necessárias foram indicadas por empresários que fazem parte das associações e das entidades empresariais.

Tanto a participação em entidades empresariais quanto a atuação destas são pontos fundamentais, notadamente quando se referem ao desenvolvimento endógeno, tão dependente dos recursos locais. Assim, o conhecimento, os vínculos, as relações e a força de trabalho são aspectos que merecem a atenção dessas entidades representativas, pois estão intrinsecamente relacionados com o crescimento e desenvolvimento de uma região (BORBA, GOMES, TRUJILLO, 2009), e estas, dada a sua legitimidade e representatividade, dispõem de meios de articulação e de estimulação das potencialidades locais.

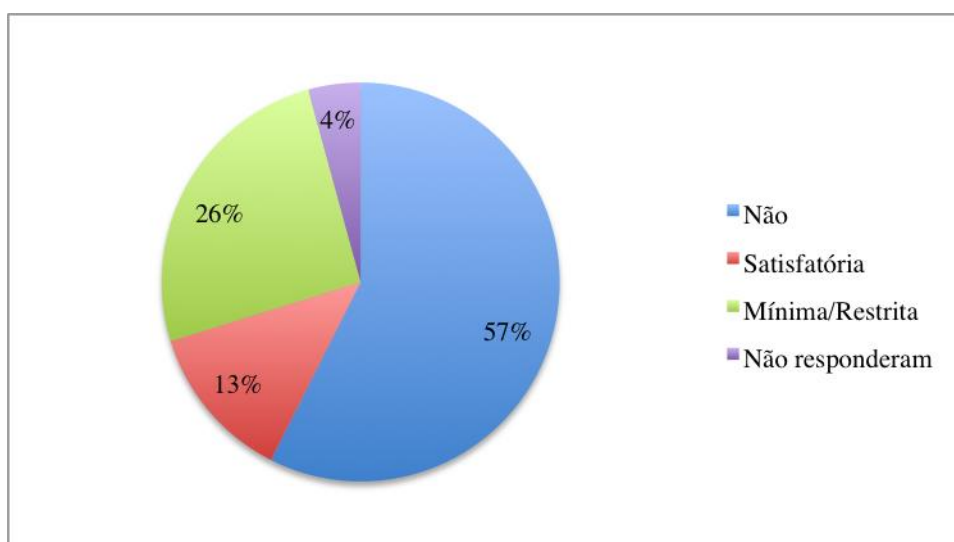
Até por força de sua natureza jurídica, as associações e as entidades empresariais, assim como os sindicatos, devem promover os interesses comuns, estabelecendo estratégias para o alcance dos objetivos e firmando parcerias com outras entidades representativas e com o poder público, favorecendo, dessa forma, o fortalecimento e o desenvolvimento sócio econômico do município e da região

Nesse sentido, ficou demonstrado que a integração entre os atores locais, assim como o apoio público são fatores que podem alavancar o desenvolvimento regional, o que vai ao encontro das conclusões de Bellen (2004); Camargo (2003); Clayton e Radcliffe (1996).

4.3 Integração entre empresas e municípios

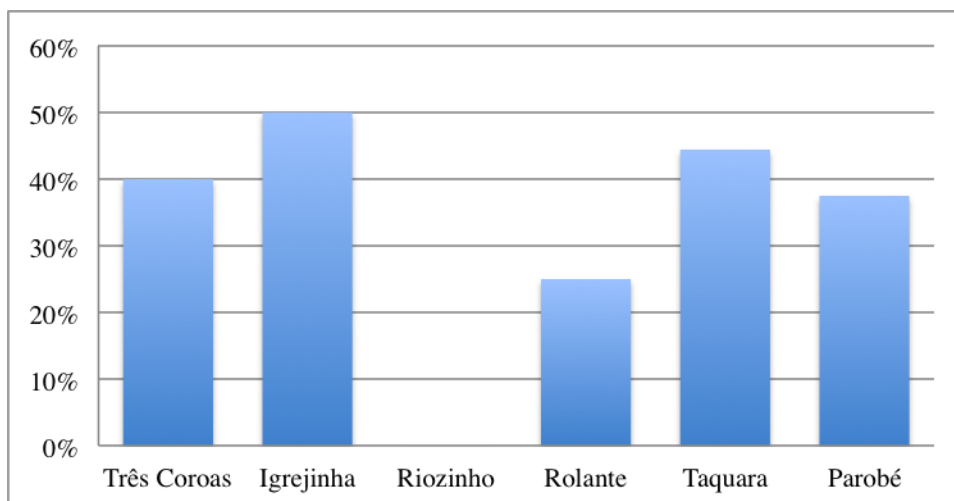
Segundo 57% dos gestores, inexistente integração entre as empresas da região (ver Figura 5), para 26% dos entrevistados, a integração existe de forma muito incipiente, percebida como mínima e restrita aos grandes empresários, ou presente entre empresas que possuem algum tipo de vínculo, seja de parentesco, seja comercial. Para 13% a integração existe de forma plena e satisfatória, principalmente, em virtude da convergência de interesses. E 4% dos gestores não responderam.

Figura 6 – Integração entre empresas



A respeito da integração, dos entrevistados de Três Coroas, 60% não percebem integração, 30% afirmam que ela é mínima e 10%, ou seja, um entrevistado, referiu a existência de integração efetiva. Em Igrejinha, 50% dos empresários manifestaram-se pela inexistência de integração e 50% pela integração insuficiente. No município de Riozinho, 83,33% dos entrevistados não reconhecem nenhuma forma de integração entre as empresas e um sujeito (16,66%) não respondeu. Para 62,5% dos gestores de Rolante, não há integração, para 12,5% ela é mínima, para 12,5% é satisfatória e um sujeito (12,5%) não respondeu. Taquara, em sua maioria (55,55%) aponta uma integração mínima, 33,33% referem a inexistência e um sujeito (11,11%) afirma que ela é satisfatória. Em Parobé, 62,5% dos empresários mencionam que não existe integração e 37,5% dizem que ela é efetiva (ver Figura 7).

Figura 7 – Existência de integração entre as empresas

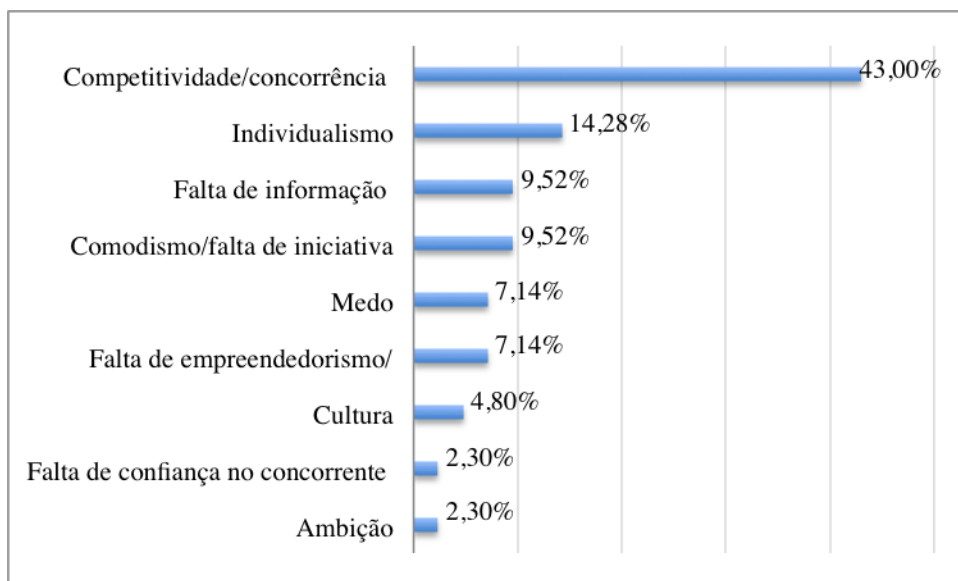


A partir desses dados, entende-se que a maioria dos gestores não reconhece uma postura integrativa no tocante às empresas, as quais são percebidas por suas atuações isoladas e dissociadas das demais empresas. Para os entrevistados, a falta de integração representa um aspecto negativo no contexto regional, pois acreditam que as dificuldades seriam melhor administradas e o desenvolvimento mais facilmente alcançado se as empresas fossem mais unidas.

De acordo com Gil (2008), por ser o desenvolvimento um processo multidimensional que envolve diferentes segmentos sociais e instituições, não há desenvolvimento sem a participação das pessoas e das instituições. Na escala local, os atores sociais agem e interagem envolvidos em instituições, sendo elas estruturas reguladoras, normativas e cognitivas, as quais conferem estabilidade, coerência e significado ao comportamento social, sendo transmitidas pela cultura, pelas estruturas e pela rotina (APPENDINI e NUIJTEN, 2002). Daí observa-se o caráter fundamental da integração entre os atores sociais, sejam eles do setor público ou privado.

Para 43% dos empresários, a integração entre as empresas tem como maior obstáculo a competitividade/concorrência/rivalidade (ver Figura 8). O individualismo foi citado por 14,28% dos entrevistados, a falta de informação foi mencionada por 9,52%, assim como o comodismo/falta de iniciativa. Medo e falta de empreendedorismo/profissionalismo foram referidos por 7,14% dos entrevistados. A cultura foi considerada como entrave por 4,80% dos entrevistados, a falta de confiança no concorrente e a ambição foram mencionadas por 3,30% deles e 4,25% não se manifestaram.

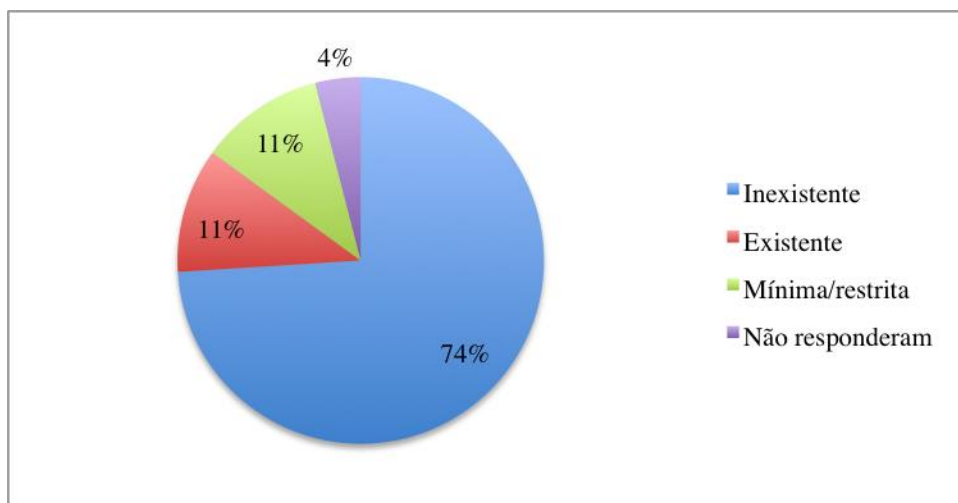
Figura 8 – Empecilhos à integração empresarial



Chama a atenção no rol de empecilhos referidos pelos entrevistados, que a conjuntura sócio econômica do país não surge como entrave ao desenvolvimento. A competitividade e a concorrência são os óbices mais significativos à integração, e despontam fatores relacionados a carências que não são de ordem material e de recursos financeiros, assim como destacam-se aspectos ligados à cultura e à personalidade. Essa compreensão evidencia, por outro lado, que a superação das dificuldades demanda muito mais um esforço regional do que externo. E aqui também parece convir a atuação efetiva das entidades representativas, valendo-se de suas prerrogativas para alavancar a integração entre empresas e empresários.

Segundo 74% dos gestores, não há qualquer integração entre os municípios do Vale do Paranhana (ver Figura 9), 11% afirmaram que há, 11% mencionaram que ela ou só existe de forma restrita ou em razão de interesses políticos e, 4% não responderam à pergunta.

Figura 9 – Integração entre municípios



As queixas relativas à falta de integração entre os municípios do Vale do Paranhana chamam atenção ao fato de se tratar de uma região predominantemente calçadista, ao mesmo tempo em que essa circunstância pode acirrar a concorrência, como já referido, poderia, igualmente, ensejar o estabelecimento de parcerias, a troca de experiências e o desenvolvimento conjunto.

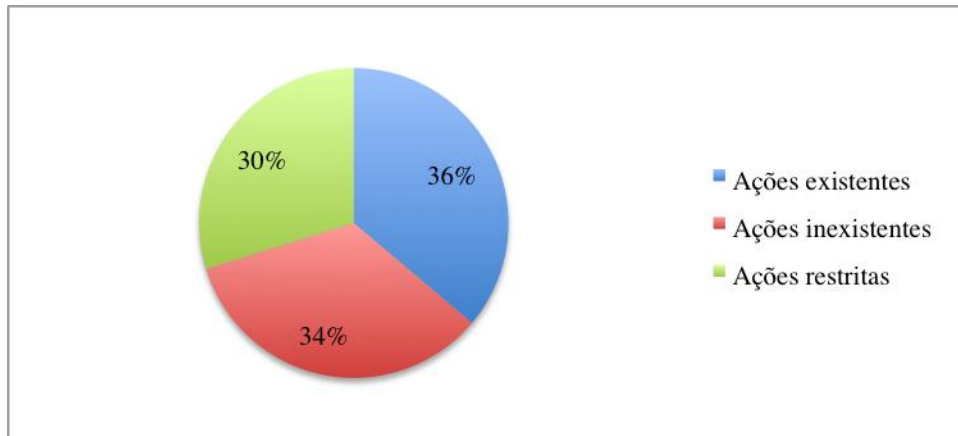
Esses dados são ainda mais relevantes sob a perspectiva do desenvolvimento endógeno, segundo o qual a formação de aglomerados baseados em um mesmo setor, como o calçadista, localizados em uma mesma área geográfica, tal com o Vale do Paranhana, pode promover as potencialidades locais e gerar ganhos de competitividade para a região, o que colabora com a geração de valor e de empregos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

4.4 Ações Governamentais

Com relação às ações das Prefeituras da região que favoreçam o desenvolvimento das empresas (ver figura 10), as respostas ficaram relativamente equilibradas. Para 36% dos gestores, as prefeituras apresentam ações nesse sentido, tais como: apoio em feiras e exposições, doações de terrenos, isenção de impostos, concessão de licenças ambientais, realização de terraplanagem, abatimento de alugueis, auxílio com infraestrutura e ruas de acesso às empresas. Riozinho é o município com o maior número de empresários que responderam nesse sentido, cinco dos seis entrevistados. Contudo, 34% dos entrevistados disseram que essas ações inexistem, notadamente em razão da burocracia, da politicagem e da falta de integração. Dos gestores de Rolante, 63% responderam negativamente, 25% manifestaram-se pela existência de ações e 12% entende que as mesmas favorecem em parte. Dentre os entrevistados, 30% afirmaram que as ações são mínimas e favorecem apenas em

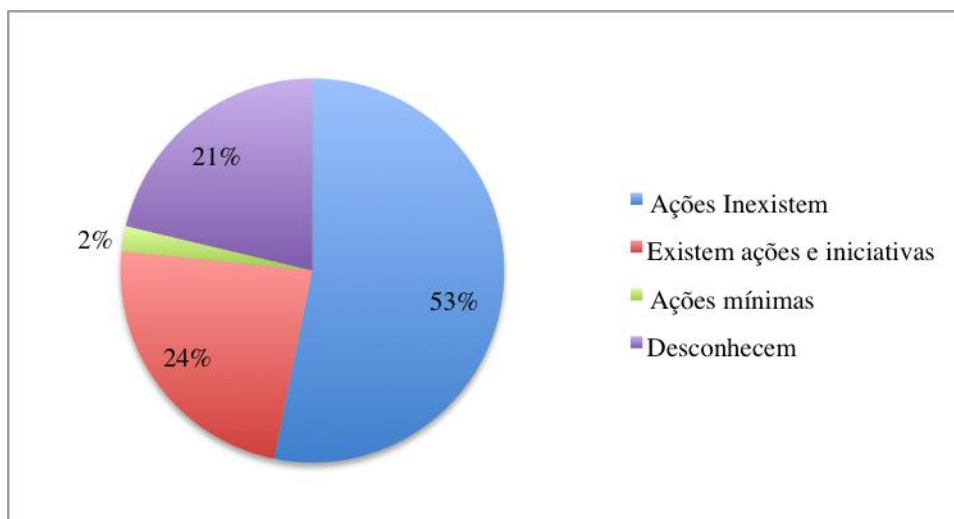
parte, pois ajudam empresas “de fora” e, principalmente, por auxiliarem tão somente a instalação e não o desenvolvimento das empresas. Dos gestores de Taquara, 4,44% manifestaram-se nesse sentido, 3,33% mencionaram ações e 2,22% responderam de forma negativa.

Figura 10 - Ações das prefeituras



A respeito da existência de ações do Governo do Estado que favoreçam o desenvolvimento empresarial na região (ver Figura 11), 53% afirmam que ações dessa natureza inexistem. Nesse sentido foi a resposta de 87,5%, dos 8 entrevistados de Parobé. De acordo com 24% dos participantes, existem ações e iniciativas do governo do Estado, dentre as quais foram citadas: Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos (AGDI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), financiamentos e fornecimento de recursos através do BADSUL e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS). Dos entrevistados de Rolante, apenas 12% responderam que existem ações; situação semelhante aconteceu com os participantes de Três Coroas, dos quais somente 20% manifestaram-se de forma positiva. Para 2,12% dos entrevistados, ou seja, um participante, as ações favorecem em parte, pois são escassas. E 21% dos gestores desconhece ações do governo do Estado que favoreçam o desenvolvimento das empresas do Vale do Paranhana. Nesse sentido foi a manifestação de 66,66% dos entrevistados de Riozinho.

Figura 11 – Ações do governo do Estado



A falta de ações do governo do Estado é explicada, em parte, segundo os participantes, pela falta de integração entre os municípios e empresas da região, uma que se as empresas estabelecessem parcerias e organizassem-se de forma articulada, acreditam que o acesso aos recursos do Governo do Estado seria mais facilitado.

Nesse sentido, segundo Gil (2005), os governos regionais, mais que os agentes individuais, dispõem de melhores condições e estão mais adequadamente aparelhados para devolver as informações processadas aos usuários potenciais, de modo a reduzir incertezas decisórias, reduzir custos operacionais e desenvolver o fluxo de decisões emanadas de um projeto estratégico.

5 Conclusão

Este artigo apresentou os resultados de uma pesquisa que teve por finalidade compreender e analisar a percepção de 47 empresários acerca do desenvolvimento empresarial, das ações das associações e entidades empresariais, da integração entre empresas e municípios e das ações governamentais com vistas ao desenvolvimento, no âmbito do Vale do Paranhana, RS.

Os dados mostraram que a maioria dos entrevistados têm uma percepção pessimista quanto ao desenvolvimento empresarial do Vale do Paranhana. O estudo evidenciou uma adesão reduzida às associações e entidades representativas, ante a descrença quanto à eficácia das mesmas, já que a maioria dos empresários considerou que os referidos entes não representam adequadamente os interesses de seus associados.

O estudo evidenciou um grande desconhecimento acerca da atuação das associações e entidades representativas, inclusive pelos seus próprios associados e integrantes e demonstrou

o apelo e a necessidade premente pela qualificação da mão-de-obra local, o que poderia ser promovido, também, com o auxílio destes entes, tendo em vista as suas funções e a própria natureza jurídica.

Além disso, os dados demonstram que a maior parte dos gestores alegam a inexistência de ações e práticas de promoção das potencialidades locais e de integração entre os diversos atores, sejam eles dos setor público ou privado, considerando que, para a maioria dos gestores, inexistente integração entre as empresas da região, assim como não há integração entre os municípios.

Ademais, os dados acusaram um envolvimento empresarial com foco em aspectos de interesse mais individual do que coletivo, o que foi considerado com um dos principais empecilhos à integração e ao desenvolvimento regionais.

O estudo evidenciou um grande desconhecimento acerca da atuação das associações e entidades representativas, inclusive pelos seus próprios associados e integrantes e demonstrou o apelo e a necessidade premente pela qualificação da mão-de-obra local, o que poderia ser promovido, também, com o auxílio destes entes, tendo em vista as suas funções e a própria natureza jurídica.

Os resultados obtidos contribuem para a reflexão acerca do papel dos atores públicos e privados na promoção do desenvolvimento regional, bem como sobre a necessidade de identificar as ações e os aspectos que são importante para que a região prospere, explore e multiplique suas potencialidades. Por fim, destaca-se a relevância da continuidade de estudos dessa natureza, bem como de sua aplicação em contextos diversos, para a melhor compreensão dos aspectos que perpassam o desenvolvimento regional.

Referências:

APPENDINI, K. e NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. Revista de la CEPAL. nº 76, abril 2002.

ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of citizen participation. Journal of the American Planning Association, Chicago, US: American Planning Association, v.35, n.4, p.216-224, July. 1969

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARROS, Areza Batista Gomes; SILVA, Norma Lúcia Oliveira; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: Questões Conceituais. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador: v. 9, n. 2, p.90-98, jul. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/11/66> Acesso em: 01 junho. 2015.

BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. In: *Ambiente e Sociedade* (7), Campinas, p. 67-87, n. 1, 2004.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. nº 13/jun/96, p. 111-143.

_____. Desarrollo (local) ¿De que estamos hablando? Buenos Aires: Editorial Homo Sapiens. Centro de estudios Desarrollo y territorio, Transformaciones globales.

BORBA, M. S. F.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. *Incubadora 114Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP)*.

BRASIL. Decreto Nº 6.047, de 22 de Fevereiro de 2007.

BROSE, Markus Erwin. Quando a Participação no Desenvolvimento Regional não Prioriza só Empregos: Reflexão sobre CAalifórnia/EUA. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 34, n. 125, p. 237-258, jul/dez 2013.

CARDOSO, Jose Álvaro de Lima. Reestruturação Produtiva e Mudanças no Mundo do Trabalho: Um Olhar sobre os Setores Têxtil e Alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Editora Stadium, 2004.

CLAYTON, Antony M.H.; RADCLIFFE, Nicolas J. *Sustainability: A System Approach*. Cambridge, MA: Westview, 1996.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

DORIGON, Clovis. Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREENDEDORISMO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL, ago. 2004, Rio de Janeiro.

DREU, C. K. W.; NIJSTAD, B. A.; BECHTOLDT, M. N; BASS, MATTHIJS. *Psychology of Aesthetics, Creativity and the Arts*. Vol 5 (1), Feb 2011, 81-89.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre PED-RMPA informe Mulher e Trabalho. 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. Dados demográficos. 2010.

GIL, Izabel. Cooperacao, competicao e resistencia nas associacoes de municipios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista. *Revista NERA* [1806-6755], 2008 vol11 iss:12 pg:31

HOSSAIN, M. Open innovation: so far and a way forward. *World Journal of Science*,

Technology and Sustainable Development, v. 10, n. 1, p. 30-41, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Marcos Prestes de. A dinâmica do desenvolvimento regional do meio oeste catarinense. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado) - USCS, São Caetano do Sul, 2010.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

SIEGEL, D. S.; WESTHEAD, P.; WRIGHTSMALL, M. Science Parks and the Performance of New Technology-Based Firms: A Review of Recent U.K. Evidence and an Agenda for Future Research. *Small Business Economics*. 20: 177–184, 2003.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.